

MEMORANDO INTERNO Nº 52/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA – ARP Nº 160/2022

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA sobre pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item **Nº 211 – IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE**. Informo que o último volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretora Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 16 de março de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

RECEBIDO EM:

16/03/2023

ASS: Elton

Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico
OAB/SP 369.078

3236
58

licitacaocompra@ciop.sp.gov.br

De: Contratos - Altermed - Vitor <contratos@altermed.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 15 de março de 2023 15:59
Para: Licitação Compra - CIOP; Licitação Compra - CIOP
Cc: SAC - Altermed - Luciana; Pedido - Altermed - Noeli; Comercial - Altermed - Mariane Rodrigues
Assunto: Requerimento de Reequilíbrio 017/2022 - Item: 211 - Cl: 26161 - OF 239/2023
Anexos: ALTERMED_Carta_Restabelecimento do Equilíbrio Econômico Financeiro_PVPI.pdf; NOTA FISCAL ANTERIOR 05-2022.pdf; NOTA FISCAL ATUAL.pdf; OF 239-2023assinado.pdf; Procuração - Maicon Cordova Pereira + Certidão 20.05.2023.pdf

Prezados, boa tarde!

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, por seu procurador devidamente constituído, vem perante Vossa Senhoria, apresentar Solicitação de Reequilíbrio Financeiro, assinado eletronicamente (Certificado Digital - ICP-BRASIL) de acordo com a MP 2.200-2/2001.

Favor confirmar recebimento e informar a forma de acompanhamento do julgamento, se for online informar quais os dados necessários e o link, se não, qual o telefone e servidor responsável por prestar as informações.

Atenciosamente
Vitor Moraes

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Estrada Boa Esperança, 2320 | Zip Code: 89.163-554 | Rio do Sul | SC | Brazil

Phone/Whats: +55 47 99240 2249

Fax: +55 47 3520-9000

E-mail: contratos@altermed.com.br



"Antes de imprimir, pense no seu compromisso e responsabilidade com o Meio Ambiente"

"Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito ao(s) destinatário(s) da mensagem. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira, por favor, retorná-la ao destinatário e apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido. A Altermed Material Médico Hospitalar Ltda não é responsável pelo conteúdo ou a veracidade desta informação.

A

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - Cod: 6615

Rua Coronel Albino, 550 - Vila Maristela

Cep: 19020-360 - PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Att. Comissão Permanente de Licitações

239/2023

Referente: Pregao Eletronico (Registro Precos) Nr. 017/2022 (48001)CIOP

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBIO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nr. 00.802.002/0001-02, vem perante V. S.A, através de seu procurador, cujo instrumento procuratório resta anexo, baseada nos termos da Lei 8.666/93, Art. 65, inciso II, alínea "d", requerer a revisão do preço pactuado no processo acima citado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato. Veja-se que por se tratar de empresa distribuidora (Artigo 4º da Lei N/ 5991/1973) toda a nossa atuação fica adstrita à regular produção e fornecimento do produto pelo fabricante, e qualquer alteração neste afeta diretamente a ora requerente, de modo que impede o fiel cumprimento do contrato assumido, para tanto, abaixo relacionamos o produto com seu valor atual de custo e de venda e com o intuito de corroborar nossa solicitação anexamos a este documento, nota(s) fiscal(is) e/ou documento(s) de aquisição que demonstram o custo atual de aquisição para o produto.

Item	Quantidade Contratada	U.M.	Descrição	Custo Anterior	Margem Anterior (%)	Valor Ofertado	Novo Valor p/Aquisição	Novo Valor de Venda	Margem Atual (%)
211	967	FR	PVPI DEGERMANTE 1000 ML	19,80000	23,02	25,72000	30,60000	39,74910	23,02

Gostaríamos de salientar que a superveniência de eventos imprevisíveis, que acarretam excessiva onerosidade a uma ou ambas as partes contratantes permite a revisão dos contratos atingidos uma vez que resulta em alteração do estado no qual se deu a manifestação de vontade dos contratantes. Assim, restando provado o desequilíbrio decorrente de mudanças imprevisíveis, surge a possibilidade de adoção de medidas excepcionais, como a revisão contratual, uma vez que resta provado o desequilíbrio proveniente de alterações profundas e inesperadas na base contratual, cuja autoria não possa ser atribuída a nenhuma das partes.

Diante de tais fatos, de acordo com os fatos e circunstâncias, para evitar o desabastecimento do material na instituição e, comprometido com o interesse público, a Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, nestes termos, requer junto ao departamento competente:

Assinado por: MAICON CORDOVA PEREIRA
O tempo: 2023.03.13 09:53:40 -03:00

- 1) A REVISÃO dos valores pactuados conforme apresentado uma vez que resta provado o desequilíbrio contratual;
- 2) Se for o caso, providências acerca da emissão de termo aditivo pelo CANCELAMENTO do fornecimento do item em questão.

Nestes termos, pede deferimento, e requer que após a apreciação da presente, que a decisão seja remetida, via e-mail para contratos@altermed.com.br ou via fax para (47) 3520-9000 ou para o endereço da requerente.

Altermed Mat Méd Hosp Ltda
Maicon Cordova Pereira
Gerente Administrativo
CPF: 015.886.939-70

Rio do Sul (SC),

10 de Março de 2023

FONE: +55 (47) 3520 9000

Estrada Boa Esperança, 2320 | Fundo Canoas
Cep: 89163-554 | RIO DO SUL | SC | Brasil
CNPJ: 00.802.002/0001-02
IE: 25.314.899-5
licitacoes@altermed.com.br / altermed@alterm

www.altermed.com.br



Assinado eletronicamente de acordo com a Medida Provisória 2.200-2/2001.

Taquaritinga, 13 de janeiro de 2023

Ao

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**Ref.: Pedido de reequilíbrio econômico financeiro.**

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ	27/2022
CIGAMERIOS	007/2022
MUNICIPIO DE PAIXOTO DE AZEVEDO	008/2022
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI	063/2022
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA	061/2022
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ	27/2022
CIGAMERIOS	007/2022
HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	40/2022
MUNICIPIO DE CAMPO LARGO	006/2022
MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ	27/2022

Prezados Senhores,

A Vic Pharma Indústria e Comércio Ltda., empresa com sede na Rua Geraldo Rosa, 62 – Distrito Industrial – Taquaritinga / SP, inscrita junto ao CNPJ/MF sob nº 39.032.974/0001-92, neste ato representada em conformidade ao disposto em seu Contrato Social, vem respeitosamente, na presença deste solicitar **PEDIDO DE REVISÃO DE PREÇOS OU PEDIDO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO**, com base no reequilíbrio econômico-financeiro previsto na Lei de Licitações e do Código Civil, pelas inclusas razões fundamentadas e justificadas adiante.

Inicialmente, quer a Contratada, em autêntica demonstração de respeito por este Distribuidor bem como de idoneidade e lisura de comportamento da sua parte, aduzir que o presente pedido está pautado nos dispositivos legais vigentes e no espírito de colaboração e integração que devem embasar todas as relações contratuais.

Ciente destas premissas, a Contratada informa que os preços dos serviços e insumos para fornecimento do objeto do Contrato foram severamente impactados **pela crise mundial decorrente da guerra entre Rússia e Ucrânia, pela forte desvalorização do Real e principalmente pelo aumento excessivo das matérias primas**, sendo imperiosa a revisão contratual.

Em que pese a imprescindibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro da relação, a Contratada declara total interesse na continuidade do fornecimento por novos períodos de vigência, **desde que a revisão de preços seja atendida integralmente**, nos termos do previsto na legislação em vigor, bem como nas cláusulas contratuais e até mesmo o entendimento unânime da jurisprudência em nossos tribunais admitindo o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, vejamos:

Lei nº 8.666/93 – Licitações: “Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...) § 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atestados em processo: (...) II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato. (...) Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...) II - por acordo das partes: (...) d) **para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.** (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifo nosso)”.



Não há dúvida que a alteração já drástica no cenário econômico mundial, insere-se neste contexto de imprevisibilidade, ou imensurabilidade, além de onerosidade excessiva, afetando diretamente a relação entre a Contratada e este r. Órgão/Distribuidor, na medida em que os custos com insumos da primeira, por si só autorizam a revisão das condições comerciais e o reequilíbrio contratual.

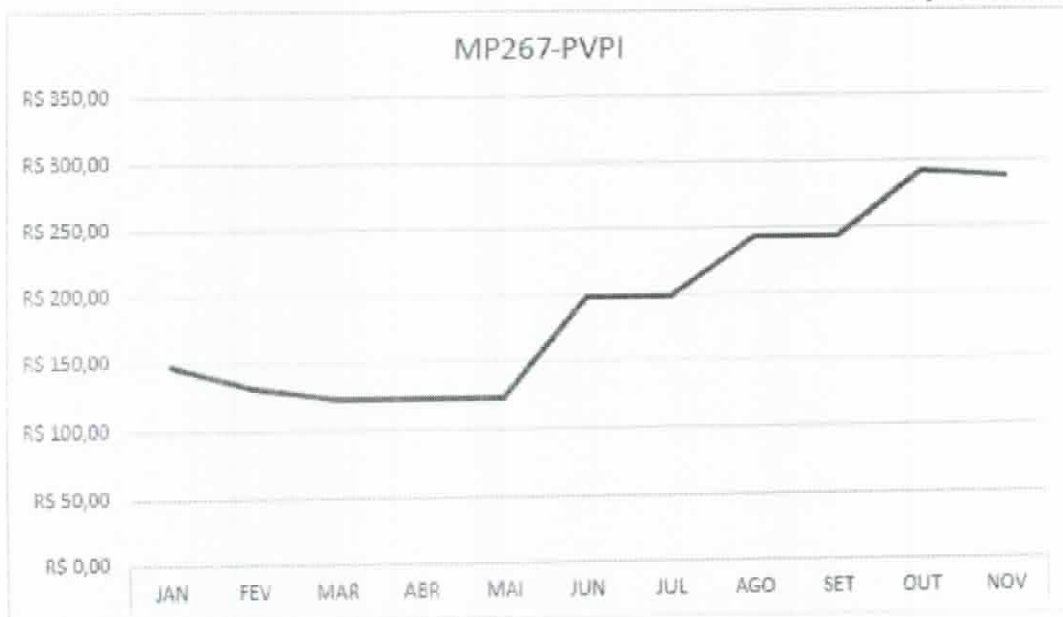
Ademais, no caso, se faz presente o fato superveniente e necessário, totalmente alheio à vontade das partes, imprevistos e cujos efeitos não se pode evitar, determinantes do restabelecimento da relação entre as partes.

Vimos pelo presente, nos termos da Lei de Licitações e do Código Civil, solicitar a V. Sa. que informe e aprove junto ao Órgão Público em referência os novos preços citados abaixo, com o objetivo de manter minimamente o equilíbrio econômico-financeiro para continuarmos a cumprir o referido Contrato, garantindo o fornecimento contratado com segurança, qualidade e confiabilidade de sempre, como demonstrado a seguir:

Código	Descrição	Novo Preço para as Licitações
83489	PVPI Degermante (Tensoativos) 1 Litro Fr PET	R\$ 32,74
85511	PVPI Degermante (Tensoativos) 100ml Fr PET	R\$ 4,82
83489	PVPI Tópico (Aquosa) 1 Litro Fr PET	R\$ 35,42
83486	PVPI Tópico (Aquosa) 100ml Almotolia	R\$ 4,60
83496	PVPI Tintura (Hidroalcoolica) 1 Litro Fr PET	R\$ 30,92
85515	PVPI Tintura (Hidroalcoolica) 100ml PET Vic	R\$ 5,24

Vimos abaixo a drástica alteração no cenário da compra das matérias primas, com avanços nos preços de compra e preços globais.





CODIGO PRODUTO	QUANTIDADE	DATA ENTRADA	NUMERO NOTAFISCAL	DATA EMISSAO	VL. Total R\$ Compra	VL. Compra R\$/Kg	Variação
MP267	1.796	29.03.2022	107.059	22.03.2022 12:15	R\$ 216.827,33	R\$ 120,70	
MP267	1.347	29.11.2022	195.306	22.11.2022 14:35	R\$ 387.929,80	R\$ 287,93	139%

Na imagem acima, destaca-se que em 29/03/2022 o preço para aquisição da matéria-prima para produção do PVP-I era de R\$ 120,70/kg e que em 29/11/2022 o mesmo produto foi adquirido por R\$ 287,93/kg, ou seja, um aumento de aproximadamente **139% (cento e trinta e oito por cento)**.

Ao longo do ano, tivemos inúmeros reajustes na qual não repassamos aos nossos distribuidores devido a parceria, porém chegamos em um momento em que não conseguimos mais absorver esses aumentos e teremos que reajustá-los.

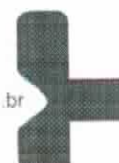
Sendo o que nos cabia para o momento, subscrevemo-nos, nos colocando à disposição para esclarecer eventuais dúvidas, ficando no aguardo de um breve retorno de V.Sas.

Cordialmente,

VIC PHARMA
INDUSTRIA E
COMERCIO
LTDA:39032974000192

Assinado de forma digital por
VIC PHARMA INDUSTRIA E
COMERCIO
LTDA:39032974000192
Data: 2023.01.13 09:11:36
+03'00'

Fernanda Longhitano
Diretora Comercial



RECEBEMOS DE VICPHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 13/05/2022 VALOR TOTAL: R\$ 147.310,49 DESTINATÁRIO: Altermed Material Medico Hospitalar LTDA - ES. Boa Esperança, 2320 Fundo Canoas RIO DO SUL-SC		3241 88 NF-e Nº. 000.061.776 Série 001
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE VICPHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA R. Geraldo Rosa, 62, . DIST. INDUSTRIAL - 15901-502 Taquaritinga - SP Fone/Fax: 1632538100		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº. 000.061.776 Série 001 Folha 1/2		
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Produto		CHAVE DE ACESSO 3522 0539 0329 7400 0192 5500 1000 0617 7610 0185 3714 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135220624806272 - 13/05/2022 10:18:03
INSCRIÇÃO ESTADUAL 684086370117	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.	CNPJ 39.032.974/0001-92	

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL Altermed Material Medico Hospitalar LTDA		CNPJ / CPF 00.802.002/0001-02	DATA DA EMISSÃO 13/05/2022
ENDEREÇO ES. Boa Esperança, 2320		BAIRRO / DISTRITO Fundo Canoas	CEP 89163-554
MUNICÍPIO RIO DO SUL		UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL 253148995
		FONE / FAX 4735209000	HORA DA SAÍDA/ENTRADA 00:00:00

FATURA / DUPLICATA			
Num.	001	Num.	003
Venc.	12/06/2022	Venc.	02/07/2022
Valor	R\$ 49.103,50	Valor	R\$ 49.103,50

CÁLCULO DO IMPOSTO									
DI CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS	
141.909,15	17.029,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.358,83	147.139,20	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	171,29	0,00	0,00	10.972,06	147.310,49	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS NOME / RAZÃO SOCIAL VIC PHARMA IND.E COMERCIO LTDA		FRETE 3-Próprio por conta do Rem	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF 39.032.974/0001-92
ENDEREÇO RUA GERALDO ROSA, 62		MUNICÍPIO TAQUARITINGA	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 684086370117		
QUANTIDADE 1850	ESPÉCIE Volumes	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 19.938,744	PESO LÍQUIDO 19.507,200	

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS
8178	Chlorclear 0.2% 1000ml - Lote: C9554	34029019	000	6101	PC	204,0000	5,4900	1.119,96	0,00	1.119,96	134,40	36,40	12,00
8178	Chlorclear 0.2% 1000ml - Lote: C9558	34029019	000	6101	PC	756,0000	5,4900	4.150,44	0,00	4.150,44	498,05	134,89	12,00
8342	Alcool 70 1000ml Saneantes Fr PET - Lote: S5776 Lote: S5776 Quant: 228.000 Fab: 12/04/2022 Val: 11/04/2024	38089919	000	6101	UN	228,0000	5,3000	1.208,40	0,00	1.208,40	145,01		12,00
8342	Alcool 70 1000ml Saneantes Fr PET - Lote: S5781 Lote: S5781 Quant: 8232.000 Fab: 13/04/2022 Val: 12/04/2024	38089919	000	6101	UN	8.232,0000	5,3000	43.629,60	0,00	43.629,60	5.235,55		12,00
8342	Alcool 70 1000ml Saneantes Fr PET - Lote: S5789 Lote: S5789 Quant: 8340.000 Fab: 22/04/2022 Val: 21/04/2024	38089919	000	6101	UN	8.340,0000	5,3000	44.202,00	0,00	44.202,00	5.304,24		12,00
83486	Iodopoliv Sol Aquosa 100ml Almotolia - Lote: M31330 Lote: M31330 Quant: 288.000 Fab: 14/04/2022 Val: 13/04/2024 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	288,0000	2,9800	858,24	0,00	773,27	92,79		12,00
83486	Iodopoliv Sol Aquosa 100ml Almotolia - Lote: M31150 Lote: M31150 Quant: 1152.000 Fab: 28/03/2022 Val: 27/03/2024 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	1.152,0000	2,9800	3.432,96	0,00	3.093,10	371,17		12,00

DADOS ADICIONAIS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Inf. Contribuinte: ***** - Pedido Cliente: BOLETO BANCARIO N DO PEDIDO VIC PHARMA: 108132 OC REGIME ESPECIAL DIFERENCIADO ICMS ST. COSMETICOS E MEDICAM. DISTRIB. SC. ART. 124, I, III, ANEXO 3. - TTD N 125000001492497 - PROCESSO N SEF 21917/2012. *** ENTREGA MEDIANTE AGENDAMENTO DE DATA E HORARIO DAS 08H00 AS 12H00 *** N DO PEDIDO GERADO PELA VIC PHARMA Conf. Decreto 96044 -18/05/1988, Resol. 420 -12/02/2004 ANTT. Declara que os produtos desta NF estao adequadamente acondicionados p/suportar riscos normais de arrefregamento descarregamento transbordo e transporte, conf. regulamentacao em vigor ONU 1170, Risco 33 Classe 3 Grupo Emb II. Produto Alcool etilico 70% INPM Qtde "Base de Calculo com deducacao do PIS/COFINS - Convenio ICMS-34/06" Conf. Decreto 96044 -18/05/1988, Resol. 420 -12/02/2004 ANTT. Declara que os produtos desta NF estao adequadamente acondicionados p/suportar riscos normais de arrefregamento descarregamento transbordo e transporte, conf. regulamentacao em vigor ONU 1170, Risco 33 Classe 3 Grupo Emb II. Produto Alcool etilico 70% INPM Qtde Conf. Decreto 96044 -18/05/1988, Resol. 420 -12/02/2004 ANTT. Declara que os produtos desta NF estao adequadamente acondicionados p/suportar riscos normais de arrefregamento descarregamento transbordo e transporte, conf. regulamentacao em vigor ONU 1170, Risco 33 Classe 3 Grupo Emb II. Produto Alcool etilico 70% INPM Qtde Conf. Decreto 96044 -18/05/1988, Resol. 420 -12/02/2004 ANTT. Declara que os produtos desta NF estao adequadamente acondicionados p/suportar riscos normais de arrefregamento descarregamento transbordo e transporte, conf. regulamentacao em vigor ONU 1170, Risco 33 Classe 3 Grupo Emb II. Produto Alcool etilico 70% INPM Qtde Emitido por: MATHEUS FR.	RESERVADO AO FISCO
--	---------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

VICPHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
R. Geraldo Rosa, 62.
DIST. INDUSTRIAL - 15901-502
Taquaritinga - SP Fone/Fax: 1632538100

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000.061.776
Série 001
Folha 2/2



CHAVE DE ACESSO

3522 0539 0329 7400 0192 5500 1000 0617 7610 0185 3714

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de Produto

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135220624806272 - 13/05/2022 10:18:03

INSCRIÇÃO ESTADUAL

684086370117

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

39.032.974/0001-92

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
83489	Iodopoliv Sol Aquosa 1 Litro - Lote: M31220 Lote: M31220 Quant: 720.000 Fab: 04/04/2022 Val: 03/04/2024 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	720,0000	19,4000	13.968,00	0,00	12.585,17	1.510,22		12,00	
83490	Iodopoliv Sol C/ Tenssoativos 1 Litro - Lote: M31198 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	600,0000	19,8000	11.880,00	0,00	10.703,88	1.284,47		12,00	
83498	Glic de Clorexidina 0,5% Alcoólica 1 Litro - Lote: M31236 Lote: M31236 Quant: 960.000 Fab: 03/04/2022 Val: 04/04/2024 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	960,0000	8,6200	8.275,20	0,00	7.455,96	894,72		12,00	
85511	Iodopoliv Sol C/ Tenssoativos 100ml Vic - Lote: M31168 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	480,0000	3,0200	1.449,60	0,00	1.306,09	156,73		12,00	
86052	Vaselina Solida 500g Vic - Lote: M30359 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	84,0000	26,1000	2.192,40	0,00	1.975,35	237,04		12,00	
86052	Vaselina Solida 500g Vic - Lote: M29968 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	156,0000	26,1000	4.071,60	0,00	3.668,51	440,22		12,00	
88163	Vaselina Liquida 100ml Almot Vic - Lote: M31441 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	144,0000	3,4900	502,56	0,00	452,81	54,34		12,00	
88163	Vaselina Liquida 100ml Almot Vic - Lote: M31371 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	1.776,0000	3,4900	6.198,24	0,00	5.584,61	670,15		12,00	

RECEBEMOS DE VICPHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 28/02/2023 VALOR TOTAL: R\$ 15.010,96 DESTINATÁRIO: Altermed Material Medico Hospitalar LTDA - ES. Boa Esperanca, 2320 Fundo Canoas RIO DO SUL-SC

NF-e

Nº. 000.065.405
Série 001

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

VICPHARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

R. Geraldo Rosa, 62,
DIST. INDUSTRIAL - 15901-502
Taquaritinga - SP Fone/Fax: 1632538100

DANFE

Documento Auxiliar da Nota
Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.065.405
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3523 0239 0329 7400 0192 5500 1000 0654 0510 0194 6730

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135230307808902 - 28/02/2023 13:10:12

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de Produto

INSCRIÇÃO ESTADUAL

684086370117

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

39.032.974/0001-92

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME - RAZÃO SOCIAL

Altermed Material Medico Hospitalar LTDA

ENDEREÇO

ES. Boa Esperanca, 2320

MUNICÍPIO

RIO DO SUL

CNPJ / CPF

00.802.002/0001-02

DATA DA EMISSÃO

28/02/2023

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

28/02/2023

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

00:00:00

FATURA / DUPLICATA

Num. 001
Venc. 30/03/2023
Valor R\$ 15.010,96

CÁLCULO DO IMPOSTO

DE CÁLC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET.	V. FCP UF DEST.	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
13.629,80	1.635,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276,69	15.010,96
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST.	V. TOT. TRIB.	VALOR DA CUFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302,71	15.010,96

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME - RAZÃO SOCIAL

VIC PHARMA IND. E COMERCIO LTDA

ENDEREÇO

RUA GERALDO ROSA, 62

QUANTIDADE

130

ESPECIE

Volumes

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

39.032.974/0001-92

MUNICÍPIO

TAQUARITINGA

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

684086370117

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

764,664

PESO LÍQUIDO

742,528

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O-CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
88195	Chlorclear 2% Degermante 1000ml / Gliconato de Clorexidina 2% Tenssoativos - Lote: M33305 Lote: M33305 Quant: 288.000 Fab: 02/12/2022 Val: 01/12/2025 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	288,0000	14,2100	4.092,48	0,00	3.687,32	442,48		12,00	
88192	Chlorclear 2% Degermante 100ml / Gliconato de Clorexidina 2% Tenssoativos - Lote: M33576 Lote: M33576 Quant: 1440.000 Fab: 11/01/2023 Val: 10/01/2026 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	1.440,0000	2,2100	3.182,40	0,00	2.867,34	344,08		12,00	
88225	Chlorclear 2% Alcoólica 100ml / Gliconato de Clorexidina 2% Alcoólica - Lote: M33757 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	480,0000	2,6100	1.252,80	0,00	1.128,77	135,45		12,00	
83490	Iodopoliv Sol C/ Tenssoativos 1 Litro - Lote: M33299 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	120,0000	30,6000	3.672,00	0,00	3.308,47	397,02		12,00	
83486	Iodopoliv Sol Aquosa 100ml Almotolia - Lote: M33588 Lote: M33588 Quant: 240.000 Fab: 13/01/2023 Val: 12/01/2025 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	240,0000	4,3000	1.032,00	0,00	929,83	111,58		12,00	
86548	Tintura de Benjoim 1000ml Vic - Lote: M33128 pRedBC=9,90%	30039099	020	6101	UN	12,0000	59,9400	719,28	0,00	648,07	77,77		12,00	
6553	Vic Peracetico 0,2% 5Litros Pronto Uso - Lote: S6133	29159060	000	6101	UN	10,0000	106,0000	1.060,00	0,00	1.060,00	127,20		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: ***** - Pedido Cliente: 58248
REGIME ESPECIAL DIFERENCIADO ICMS ST, COSMETICOS E MEDICAM. DISTRIB. SC. ART. 124, I, III, ANEXO 3, -
TTD N 125000001492497 -- PROCESSO N SEF 21917/2012.
*** ENTREGA MEDIANTE AGENDAMENTO DE DATA E HORARIO DAS 08H00 AS 12H00 ***
"Base de Calculo com deducão do PIS/COFINS - Convenio ICMS-34/06"
BOLETO BANCARIO N PEDIDO VIC PHARMA 118342
ENVIAR LAUDOS
Emitido por: INGRIDI Pedido: 58248

RESERVADO AO FISCO

Escritura Pública protocolada sob o n° 15354 em data de 14/09/2016

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. A MAICON CORDOVA PEREIRA, NA FORMA ABAIXO: -----

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezesséis (2016), nesta cidade e comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste Tabelionato, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob número 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, número 2320, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 42202072082, em 06.09.1995 conforme Consolidação de Contrato Social, datado de 26.06.2015, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 020150597410, em 08.07.2015, neste ato representado por seu sócio administrador, **ANACLETO FERRARI**, brasileiro, nascido no dia 26.07.1966, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 3R/1.428.772-SSP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 03887856352-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 523.140.819-00, domiciliado e residente na Estrada Boa Esperança, número 2545, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a presente identificada neste ato pelos documentos supra mencionados, de cuja capacidade jurídica dou fé. Por este público instrumento, através de seu representante, disse que nomeava e constituía seu bastante procurador, **MAICON CORDOVA PEREIRA**, brasileiro, casado, gerente, portador da Carteira de Identidade número 3.242.195-SESP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 02034645785-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 015.886.939-70, domiciliado e residente na Rua Henrique Munzfeld, número 130, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, para o fim especial de onde com esta se apresentar, participar de licitações, em qualquer modalidade (concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, dispensa de licitação, compra direta) em nome da empresa outorgante, podendo para tanto concordar, discordar apresentar propostas; dar lances, assisir aberturas de propostas, assinar contratos estipulando e aceitando cláusulas e condições; pagar taxas e emolumentos, apresentar provas e documentos representá-la em quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais juntar e retirar documentos, passar recibo e dar quitações, bem como nomear representantes para representá-la nas concorrências e ou licitações, enfim praticar todo e qualquer ato para o cabal e fiel desempenho do presente mandato. (SOB MINUTA). (OS DADOS DO OUTORGADO FORAM FORNECIDOS POR CONTA E RESPONSABILIDADE DA OUTORGANTE). Os documentos apresentados para a lavratura do presente ato se encontram arquivados por meio de fotocópias, conforme determina o parágrafo único do art. 759, do Código de Normas da Corregedoria Geral

Documento impresso por meio mecânico. Qualquer menção em rubrica, sem ressalva, será considerada objeto de autenticação ou autentica de fraude. Continua no próximo bloco.

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS

CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA

ARISTILIANO RAMOS, MD - CENTRO - FOME - 41

E-Mail: info@medelagustina.com

Livro: 179
Folha: 095

1° TRASL. A

TRANSLADO

Escritura Pública protocolada sob o nº 15364 em data de 14/09/2016

da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim a disse do que dou fé e me pediu este instrumento o qual foi lido por mim, Escrevente Notarial e sendo achado conforme, aceitei, outorgou e assina. Eu, Isabel Sane Kuhnren, Escrevente Notarial, que digitei.

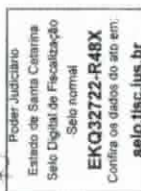
Eu, Maria Zélia Della Giustina, Tabeia de Notas, subscreevo, dou fé e assino. C.M. 21514. Emolumentos: R\$ 46,00 + Selo: R\$ 1,70 = R\$ 47,70. Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016. (a) ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - Outorgante representada por ANACLETO FERRARI, MARIA ZÉLIA DELLA GIUSTINA

TABELIA NADA MAIS TRASLADADA EM SEGUIDA Eu, Escrevente Notarial, que no impedimento ocasional da Tabeia digitei, subscreevo, dou fé e assino.

Rio do Sul, 14 de Setembro de 2016.

Em test: X da verdade.

ISABEL SANE KUHNEN
Escrivente Notarial



3245
58

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **67eeb8f0050dc808f46041ee6449a0e8df184643c0a665f2e433083bcee7bea8** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Polygon, sob o identificador único denominado NID **87228** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"Procuração - Maicon Cordova Pereira"**, cujo assunto é descrito como **"Procuração - Maicon Cordova Pereira"**, faz prova de que em **05/10/2022 15:22:08**, o responsável **Altermed Material Medico Hospitalar Ltda (00.802.002/0001-02)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Altermed Material Medico Hospitalar Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **05/10/2022 15:24:20** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xef17b30155716fde1f451d132ff5fe999250f522921ced3b8e44cd5e551e61e4**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://polygonscan.com/>

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





CERTIDÃO

MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA, TABELIÁ DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DA CIDADE E COMARCA DE RIO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, NA FORMA DA LEI, ETC. CERTIFICADO A PEDIDO VERBAL DA PARTE INTERESSADA QUE, REVENDO NESTE TABELIONATO OS LIVROS DE REGISTRO DE PROCURAÇÕES E DEMAIS PAPEIS DO ARQUIVO, PELOS MESMOS VERIFIQUEI QUE ÀS FLS. 094/095, DO LIVRO 179, SE ENCONTRA LAVRADA A PROCURAÇÃO DO SEGUINTE TEOR: **PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. A MAICON CORDOVA PEREIRA, NA FORMA ABAIXO:**

SABAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, que aos quatorze (14) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade e comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, neste Tabelionato, perante mim, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob número 00.802.002/0001-02, com sede na Estrada Boa Esperança, número 2320, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 42202072082, em 06.09.1995 e conforme Consolidação de Contrato Social, datado de 26.06.2015, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, sob número 20150597410, em 08.07.2015, neste ato representada por seu sócio administrador, **ANACLETO FERRARI**, brasileiro, nascido no dia 26.07.1986, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade número 3R/1.426.772-SSP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 03887856352-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 523.140.819-00, domiciliado e residente na Estrada Boa Esperança, número 2545, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a presente identificada neste ato pelos documentos supra mencionados, de cuja capacidade jurídica dou fé. Por este público instrumento, através de seu representante, disse que nomeava e constituía seu bastante procurador, **MAICON CORDOVA PEREIRA**, brasileiro, casado, gerente, portador da Carteira de Identidade número 3.242.195-SESP-SC, da Carteira Nacional de Habilitação número 02034645785-DETRAN-SC e inscrito no CPF(MF) sob número 015.886.939-70, domiciliado e residente na Rua Henrique Munzfeld, número 130, Bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, **para o fim especial de onde com esta se apresentar, participar de licitações, em qualquer modalidade (concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, dispensa de licitação, compra direta) em nome da empresa outorgante, podendo para tanto concordar, discordar e aceitar propostas; dar lances, assinar aberturas de propostas, assinar contratos estipulando e aceitando cláusulas e condições; pagar taxas e emolumentos, apresentar provas e documentos representá-la em quaisquer repartições públicas, federais, estaduais e municipais, juntar e retirar documentos, passar recibo e dar quitações, bem como nomear representantes para representá-la nas concorrências e ou licitações, enfim praticar todo e qualquer ato para o cabal e fiel desempenho do presente mandato. (SOB MINUTA). (OS DADOS DO OUTORGANTE). Os documentos apresentados para a lavratura do presente ato se encontram arquivados por meio de cópias, conforme determina o parágrafo único do art. 799, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina. Assim a disse do que dou fé e me padu este instrumento o qual foi lido por mim, Escrevente Notarial e sendo achado conforme, acatou, outorgou e assinou. Eu, Isabel Sane Kuhnen, Escrevente Notarial, que adotei **Eu Maria Zelia Della Giustina, Tabeliá de Notas, subscrevo, dou fé e****

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinaturas.e-notariado.org.br/validade> e informe o código 383959.
IAUSD-W63723-LUXIUM
Documento impresso por meio mecânico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerada indício de adulteração ou falsificação de título.



assino, C.M. 21514, Emolumentos: R\$46,00 Selo: R\$ 1,70 = R\$47,70, Selo(s): EKO32722-R48X-(a) ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - Outorgante representada por ANACLETO FERRARI, MARIA ZELIA DELLA GIUSTINA - TABELIÁ. Era o que se continha. O referido é verdade do que dou fé. Eu, **KELLY LETICIA HOSS**, Escrevente Substituta, que digitei, subscrevo dou fé e assino, Emolumentos: R\$12,78 Selo: R\$ 3,11 = R\$15,89.

Rio do Sul, 20 de maio de 2022.

Em testemunho _____ da verdade.

Assinado digitalmente por:
KELLY LETICIA HOSS
CPF: 071.597.810-91 AC Notarial 975 G4
Data: 20/05/2022 16:07:43/100



KELLY LETICIA HOSS
Escrevente Substituta



Este documento foi assinado por KELLY LETICIA HOSS.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinaturas.e-notariado.org.br/validade> e informe o código 9H33P-
IAUSD-W63723-LUXIUM
Documento impresso por meio mecânico. Qualquer emenda ou rasura, sem ressalva, será considerada indício de adulteração ou falsificação de título.



3246
88



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 9H35P-LAVSD-W5T2D-VJXUW

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ KELLY LETICIA HOSS (CPF 071.567.619-94) em 20/05/2022 16:18

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/9H35P-LAVSD-W5T2D-VJXUW>



3270
71

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO CUMULADO COM PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE CANCELAMENTO DO ITEM Nº 211 – IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item Nº 211 – IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item supra descrito, cuja licitante que se sagrou vencedora foi a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 17/2022**, com solicitação juntada aos autos, sob a justificativa de que o produto sofreu aumento de preço.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado ou do cancelamento do referido item, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

gsk



ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do supra, cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do referido item, que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um aumento dos preços do item em tela sendo necessária a recomposição ou cancelamento deste para a manutenção da empresa.

Fundamenta a sua exordial com o argumento de que ocorreu um aumento de preço do item em tela sendo necessário, portanto, a sua recomposição, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.

Sobre o tema, Maria Sylvania Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Ao calcular o preço ofertado à Administração, o licitante já deve levar em consideração as variações ordinárias no custo de aquisição do item, visto que tais variações são esperadas ao longo do prazo de validade do certame licitatório. Destaca-se que empreender é sinônimo de assumir riscos, logo não é qualquer situação de desequilíbrio na relação contratual que irá legitimar sua utilização. Por isso é tão importante que o fornecedor seja diligente ao elaborar a sua proposta, levando em conta os prováveis riscos já conhecidos pelo seu mercado.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Vantagem desse sistema é que, uma vez registrados os preços, não há obrigatoriedade de repetir o certame ou proceder à contratação, o que reduz a necessidade de planejamento de compras e de estoques, durante o prazo registrado, no caso, 6 meses.

Assim, variações no preço dos itens ofertados são esperadas que ocorram, devendo estas serem considerados por aqueles que participam do certame em sua proposta, existindo uma diferença entre o lucro real e o esperado. Razão pela qual para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da atual situação econômica, eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio

3273
48

g 5 12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

econômico-financeiro, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio e, neste trilha, tem-se os ensinamentos de Fernanda Marinela, sobre a aplicação da teoria da imprevisão (*rebus sic stantibus*) aos contratos administrativos:

3274
48

f g B L



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

3275
88

Consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, alteram o equilíbrio econômico-financeiro refletindo na economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à situação superveniente, equilibrando novamente a relação contratual. Portanto a ocorrência deve ser superveniente, imprevista (porque as partes não imaginaram), imprevisível (porque ninguém no lugar delas conseguiria imaginar – algo impensável) e que onera demais o contrato para uma das partes, exigindo-se a recomposição. Em todos os casos, a teoria da imprevisão consiste no reconhecimento de que eventos novos, imprevistos e imprevisíveis pelas partes e a elas não imputados, refletindo sobre a economia ou na execução do contrato, autorizam sua revisão para ajustá-lo à sua situação superveniente.

Conforme as notas fiscais apresentadas, verifica-se que houve aumento do preço dos itens em questão, porém, tal alteração não é considerada imprevisível, e, portanto, deve ser estimada pelo licitante ao elaborar a proposta, não ensejando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ademais, conforme estipulado pela cláusula 11.9.1. do edital de licitação: **“REALINHAMENTOS DE PREÇOS NÃO SERÃO ADMITIDOS EM ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS”**.

Conforme novel decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Sorte distinta não assiste ao 1º Termo de Aditamento, que além de contaminado pelos vícios oriundo ajuste principal, consoante o princípio da acessoriedade, não se fez acompanhado da cabal demonstração da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, posteriores à celebração do contrato, que viessem a alterar substancialmente a sua equação econômico-financeira; tampouco da memória de cálculo para a



3276
88

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

definição do realinhamento na ordem de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Como bem registrado pela diligente equipe de Fiscalização, a Prefeitura se ampara no artigo 65, inciso II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, consignando no ato justificatório a existência de requerimento da contratada, "notas fiscais" e "pesquisa de preços junto à mercados, açougues e outros estabelecimentos do ramo". Inobstante provocação específica, não apresentou tais documentos, limitando-se a indicar notícia de jornal com destaque do aumento das exportações a países da Europa e, principalmente, à China, fato que teria pressionado os preços da arroba do boi no mercado nacional (ev.1.4).

Os documentos encartados nos eventos 100.3 e 100.4 do eTC-10472.989.20-1, por sua vez, são datados de 28/08/2020, sugerindo que Administração tenha se ocupado do tema somente após a provocação desta Corte. Ademais, referidas cotações, na melhor das hipóteses, revelariam simples variação sazonal no preço dos produtos, risco típico do negócio, a ser suportado pela contratada, e insuficiente, portanto, para justificar a hipótese de concessão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato. TCE-SP Processo nº 00022417.989.19-1; CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS; julgado em 16 de outubro de 2020.

Em outro julgado, o Tribunal de Contas aduz da seguinte forma:

Como se sabe, a ocorrência de variação de preços dos produtos não autoriza que o seu índice seja repassado, de imediato, para o contrato. É preciso que se demonstre que a elevação de preços vai repercutir negativamente na equação inicial da avença, a ponto de romper o equilíbrio econômico-financeiro, o que não ficou evidenciado nos presentes autos.

8512



3277
88

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Deste modo, por se tratar de acontecimento comum e previsível, as oscilações devem ser suportadas pela contratada até o momento apropriado para o reajustamento do preço avençado, ou seja, depois de decorrido o período de 12 meses da última alteração.

E neste caso, não houve observância a tal procedimento resultando injustificado o realinhamento praticado, a título de recomposição da equação econômico-financeira da contratação em apreço, pois, repita-se, não foi respeitada a periodicidade de 12 meses.

Com isso, o reajuste de preços concedido acabou contaminando todos os termos aditivos subsequentes". (TC-1403/002/04 – Tribunal Pleno, Sessão de 18/04/12 – Conselheiro Substituto Antonio Carlos dos Santos.

Além disso, as decisões do TCU apontam esse mesmo posicionamento, aproveita-se para citar alguns:

Acórdão: 167/2015 – Segunda Câmara

A subavaliação dos preços do orçamento base da licitação não pode favorecer a licitante/contratada em prejuízo da Administração, pois a proposta apresentada deve estar de acordo com o que esta conhece sobre o mercado. Não cabe alegar locupletamento do erário após a efetiva prestação do serviço quando a empresa não apresenta proposta compatível com os preços praticados no mercado. Data da sessão: 03/02/2015. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 2795/2013 – Plenário

JEH



3278
58

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 65, inciso II, alínea d, da Lei 8.666/1993. Data da sessão: 16/10/2013. Relator: Raimundo Carreiro.

Acórdão: 7249/2016 – Segunda Câmara

Notas fiscais de fornecedores da contratada são insuficientes, por si sós, para caracterizar qualquer uma das hipóteses legais para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato (fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe), que deve estar demonstrada por meio da quantificação dos efeitos que extrapolaram as condições normais de execução e prejudicaram o equilíbrio global do contrato. Data da sessão: 14/06/2016. Relator: Ana Arraes

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço, e não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais, sendo que estas não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebe-se, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e a outra que foi emitida pouco antes do pedido de reequilíbrio.

É necessária uma razão factual e não uma simples alteração no preço de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato pois a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da Administração; **c)** fato superveniente

gkh



3279
88

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

imprevisível; ou, **d)** fato previsível, mas de consequências incalculáveis. OS DOCUMENTOS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas, sendo insuficiente para justificar a revisão de preços.

Ademais, não pode a Administração Pública sofrer as consequências pelo desacerto inescusável da licitante, visto que a obrigação de calcular o preço ofertado é do particular e, caso não o faça corretamente, é sobre ele que deverá recair as consequências, sob pena de se estar desvirtuando o instituto da licitação e ferindo os princípios da supremacia do interesse público, da legalidade, da impessoalidade e eficiência.

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora.

Ato Contínuo, passa-se à análise do pedido subsidiário de desistência/cancelamento, sob o argumento da requerente de que o produto sofreu aumento de preço.

Tem como fulcro de sua petição argumentando que ocorreu um considerável aumento de preço dos itens, sendo necessário o seu cancelamento e a liberação da empresa, pois a manutenção pelo preço registrado em ata seria inviável para a empresa e poderia ser responsabilizada por fornecer itens abaixo do preço de mercado.

Como acima mencionado, o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Da mesma forma que no reequilíbrio econômico-financeiro, aplica-se ao pedido de cancelamento a teoria da imprevisão, de modo que o cancelamento dos itens registrados somente poderá ser realizado de forma excepcional, caso haja comprovação da ocorrência de: **a)** fato do príncipe; **b)** fato da

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Ademais, há o registro que vinculará as partes nos modos que se darão as contratações. Sendo este o objeto principal da relação aferida no processo licitatório, o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata, não podendo, portanto, alegar que a Administração Pública está "enriquecendo sem causa", pois se trata de um instrumento desta para obter os melhores preços de mercado e assim maximizar os dispêndios públicos.

Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

3280
88

g5 12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

3281
48

12



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa supra referida sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado dos itens em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Da mesma forma, pelo indeferimento do pedido subsidiário de cancelamento do item, sob pena de aplicação das referidas sanções, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 21 de março de 2023.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio César Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 65/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA – ARP Nº 160/2022

Após solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento, às fls. 3.236/3.247, sobre o item **Nº 211 - IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE**, encaminho o Parecer Jurídico, às fls. 3.270/3.283, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 17/2022

Interessado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA – ARP Nº 160/2022

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item **Nº 211 - IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSÉPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 160/2022, alegando, em síntese, o aumento do preço do fármaco, sendo necessária a recomposição dos valores registrados para que se mantenha o equilíbrio pactuado, o que possibilitaria o seu adimplemento.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 3.270/3.283, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, ARP Nº 160/2022**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 23 de março de 2023



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento de item. Pregão Eletrônico nº 17/2022. Interessada: **ALTERMED MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR LTDA** - CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, ARP Nº 160/2022. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro cumulado com pedido subsidiário de cancelamento do item Nº **211 - IODOPOVIDONA (POVIDINE), A BASE DE POLIVINIL PIRROLIDONA IODO (PVP-I), ANTISSEPTICO. SOLUÇÃO DEGERMANTE**, conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP, Presidente Prudente, 23 de março de 2023.

